

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA

INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL DAMIÃO DE EDIS

TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE
NOVAS ESTRUTURAS CATEGORIAIS

janeiro **1986**

S. R.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DAMIÃO DE GÓIS

PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO

SOBRE

MARGINALIDADE E VIOLÊNCIA EM PORTUGAL

TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE

NOVAS ESTRUTURAS CATEGORIAIS

* Isabel Pereira Leal

Núcleo de Estudos Sociais

1986

NOCLEO DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO
SOBRE
MARGINALIDADE E VIOLENCIA EM PORTUGAL
TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE:
NOVAS ESTRUTURAS CATEGORIAIS

NOTA PRÉVIA

O presente estudo sobre teorias implícitas da personalidade, da autoria da Senhora Dra. Isabel Pereira Leal, não figura no "Plano de Actividades" do Núcleo de Estudos Sociais, para 1985.

Todavia, dado que contribui para a apresentação de desenvolvimentos teóricos directamente relevantes para os trabalhos do Programa de **Investigação** sobre "Marginalidade e Violência em Portugal", decidiu-se integrá-lo neste, na linha das reflexões que o antecederam e acompanharam.

É agora publicado de modo a favorecer a apreciação crítica de conceitos e aproximações que são recentes, no campo da Psicologia Social.

João Bettencourt da Câmara

Coordenador do Núcleo de Estudos Sociais

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	Pag. 3
2. A CATEGORIAAÇÃO	Pag. 4
3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	Pag. 7
4. OS ESTEREÓTIPOS.....	Pag. 11
5. AS TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE	Pag. 14
6. DISFÜNIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DAS TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE	Pag. 17
'	Pag.23
7. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS E TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE	Pag.28
'	Pag.31
8 . CONCLUSÕES	
'	
9. RESUMO.	

1. INTRODUÇÃO

O conceito de teorias implícitas de personalidade é um conceito relativamente recente introduzido por Bruner e Tagiuri (1954) e retomado a partir dos anos setenta (Wisher, 1970) no contexto da psicologia social norte americana. Mas, já anteriormente, Asch (1951) no quadro das suas investigações sobre a formação de impressões estudara alguns mecanismos inerentes às teorias implícitas de personalidade pelo que poderá ser considerado um :->eu preconizador.

De facto já nessa altura Asch defendeu que os traços-estímulos de partida conduzem os indivíduos a uma impressão global dos fenómenos. É essa representação global que permitirá todo o tipo de inferências subsequentes, sempre de acordo com essa representação global primeira.

Ao considerarmos que estas conclusões de Asch preconizam de certo modo aquilo que virá a ser posteriormente as teorias implícitas de personalidade, colocamos imediatamente em jogo os conceitos de representação global e inferência. Ora estes conceitos sendo importantes no quadro das teorias implícitas de personalidade, não as definem no entanto, já que, são comuns a outros tipos de estruturas categoriais como sejam as representações sociais e os estereótipos.

Nesta medida, pensamos ser necessário primeiro esclarecer minimamente cada um dos conceitos em jogo para podermos num segundo momento traçar as linhas de fronteira entre eles e tentar perceber a necessidade que os pesquisadores desta área tiveram de utilizar conceitos diferentes para designarem alguns aspectos de um mesmo processo geral: o processo de categorização.

2. A CATEGORIZAÇÃO

Na seqüência dos trabalhos de Bruner (1957) sobre os processos de categorização perceptiva muitos outros autores (Rosch et Lie, d, 1978; Tajfel, 1972) que se debruçaram sobre o tema concluíram que os indivíduos classificam conjuntos de elementos existentes em categorias simples, mutuamente exclusivas (Di Giacomo, 1981). Estas categorias que do ponto de vista de Tajfel (1972) surgem ligadas a esquemas cognitivos pré estabelecidos e às experiências pessoais e culturais dos sujeitos fornecem a estes os critérios de comparação e relação dos elementos pertencentes a uma mesma categoria.

Categorizamos porque essa acção permite-nos abraçar um grande número de informações a um preço extraordinariamente reduzido, útil J zando apenas esquemas, orelhas de leitura da realidade que se não nos concedem todo o leque de variações e pormenores de um fenómeno dão-nos uelo menos o que lhe é essencial.

P sch (1977) defende que as categorias estabelecidas pelos homens não são absolutamente aleatórias, na medida em que o mundo ele próprio não c caótico e que por isso mesmo "certaines cor relations dans lê monde ambient nous frappent par leur regularize et cê sont eilês, en ordre principal, qui influencent nos catégories". (1)

(1) - Esta f **anulação** de Rosch **é feita a** propósito das relações de determinação existentes entre as estruturas lingüísticas, a nossa forma de pensamento e a realidade. Em última análise Rosch considera que é sempre a realidade que joga o papel mais **importante** na nossa forma de pensamento.

Assim parece que categorizamos por mimetismo com o nosso habitat e que essa categorização permanente nos dá de imediato:

1. A possibilidade de reduzir a complexidade desse habitat.
2. A possibilidade de identificarmos como semelhantes ou diferentes os objectos desse habitat.
3. A possibilidade de não iniciar constantemente novos processos de aprendizagem, já que não questionamos os precedentes.
4. A possibilidade de nos dirigirmos na nossa actividade instrumental (Bruner et Austin, 1956).
5. A possibilidade de ordenar e relacionar entre si classes de acontecimentos.

Categorizamos pois, por necessidade de organização da informação que nos chega a cada momento e categorizamos tudo.

Categorizamos as pessoas e os comportamentos, os objectos e os fenômenos e também as próprias teorias.

Categorizamos usando as teorias implícitas de personalidade, os estereótipos as representações sociais.(2)

(2) - É evidente que outras possibilidades categoriais existem. Todas as taxionomias são estruturas categoriais. Aqui vamos apenas referir-nos àquelas que por um conjunto de circunstâncias que tentaremos explicitar ganharam honras de primeira página no quadro da psicologia social.

Mas, qualquer categoria por mais rica e ampla que seja, surge sempre como muito pobre e muito restrita comparativamente com o meio ambiente que nos cerca. Assim, e porque não somos capazes de dispor de tantas categorias quantos objectos possíveis de serem categorizados, as . categorizarmos retiramos ao objecto algumas das suas características eventualmente importantes mas **superfluas** na nossa tentativa de simplificação.

Donde, acabamos por um lado a ter categorias que emergem do meio e lhe são por isso mesmo de certo modo adaptadas (Rosch, 1977) mas também por outro lado ficamos com categorias com uma relativa autonomia funcional que integram ou recusam as informações que o meio vai fornecendo segundo o seu grau de pertinência para essa categoria.

Categorizar permite-nos assim ter uma visão global de um objecto a partir de um número mínimo de elementos e de informações na medida em que esse **mínimo** pertence a uma categoria já nossa conhecida. Permite-nos também, apreender o essencial de um conjunto imenso de elementos, já que esses elementos pertencem a uma só categoria identificável por apenas um ou dois desses elementos.

Daqui, quer dizer, deste processo de simplificação e generalização sumários, resulta necessariamente erros de categorização que por acção de factores motivacionais e cognitivos são extraordinariamente difíceis de serem posteriormente corrigidos já que "... lê sujet qui amene à faire une categorisation sur la base, de peu d'indices recherche d'autres elements capables de renforcer sa categorisation". (Leyens, 1983).

3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moscovici (1969) na senda das propostas de um sociólogo convicto - Durkheim (1898) diz que as representações sociais são um instrumento próprio para categorizar as pessoas e os comportamentos e define-as como sendo "un système de valeurs, de notions et de pratiques relatives à des objets, des aspects ou des dimensions du milieu social, qui permet non seulement la stabilisation du cadre de vie des individus et des groupes mais constitue également un instrument d'orientation de la perception des situations et d'élaboration des réponses. (3/

Claudine Herlich precisa ainda que são representações sociais, porque são processos de construção do real agindo simultaneamente sobre o estímulo e a resposta.

Uma representação social é determinada pelas condições e estrutura da sociedade na qual e3a se desenvolve o que quer dizer que necessita de um tempo, um lugar e uma determinada conjuntura social econômica, política, etc., que são a determinante ao central do seu aparecimento. Mas lado a lado com esta, existe uma outra a que chamaremos de determinação lateral que tem que ver com o objecto a partir do qual essa representação social se pode constituir.

(3) - Citado por Leyens em "Sommes tous nous des psychologues?"

(4) - C.Herlich in "Les Représentations Sociales"

Logo, para que uma representação social possa existir, é necessário que pelo menos 3 condições estejam reunidas (Moscovici, 1961). Duas delas dizem respeito à própria acessibilidade do objecto, a sua significação para o sujeito individual ou colectivo, que se exprime a seu respeito. Estas duas **condições** são: a dispersão de informação, ou seja, a décalage ou diferença entre a informação presente e a que seria necessária para o sujeito ter um efectivo conhecimento do objecto e a focalização que o indivíduo ou o grupo faz de certos objectos. Focalização que é variável de grupo para grupo ou de indivíduos para indivíduo consoante varia o seu grau de implicação e interesse.

A terceira condição proposta por Moscovici é a pressão á isto é, as circunstâncias e as relações sociais que obrigam a que o indivíduo seja capaz de agir, comunicar e relacionar-se a todo o momento. As informações no seio do grupo, devem surgir como instrumento de orientação e nessa medida é a existência desta situação de pressão que obriga à preparação constante de respostas, à estimulação do grupo que conduz rapidamente à passagem de um processo de constatação a um processo de inferência. (5)

Estas 3 condições de emergência de uma representação social traduzem as divergências de posição face a um mesmo objecto socialmente significativo, uma vez que o jogo entre dispersão de informações, as focalizações e as pressões à inferência inflecte necessariamente a natureza da organização cognitiva, da maneira de apreender o real que constitui uma representação social e que varia de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo.

(5) Citado por C. Herlich - Op. Cit

De um modo mais lato as representações sociais são o reflexo da situação social na qual se passa a representação, o grau de estruturação talvez mesmo de existência.

Por tudo isto não parece exagerada a afirmação de que é através da dinâmica da representação social que se faz a construção social do real.

É exactamente esta dinâmica das representações sociais que Moscovici abox~da a partir do seu estudo sobre a representação social da psicanálise. Uma representação social para que exista, necessita de se apoiar nos dados da realidade.

Assim, a^o^JGct-^va^çã^ dá conta de um conjunto particular de conhecimentos relacionados com o objecto de representação social. Uma primeira etapa do processo de objectivação caracteriza-se pela retenção selectiva de informação circulante sobre o objecto. Este processo requer a "descontextualização", quer dizer, a retirada r) o seu contexto próprio de alguns elementos do discurso teórico inicial. Retirados estes elementos eles são depois reagrupados numa nova elaboração específica, que embora com alguns laços ainda com a teoria inicial, "esquece-a", em grande parte, tranf ornando-se assim naquilo a que Moscovici cbaina de esqu_ema ^LiJPfL^ÍY2" Esquema figurativo este que, numa segunda etapa do processo de objectivação deixa de ser uma elaboração mais ou menos abstracta para dar ao?? seus elementos constitutivos uma expressão directa e imediata. A este processo de perda do carácter abstracto dos conceitos chamou-se de n a t u r a l i z a ç a o . O que era um conceito abstracto transformou-se numa entidade objectiva.

Como um prolongamento da objectivação temos na dinâmica da representação social o processo de "ancrage" ou seja o momento de chegada final em que o nosso objecto se funcionaliza e ganha um domínio de intervenção e uma eficácia próprias.

A representação social é assim "ã Ia fois, un au-dela de Ia perception, une structure d'opinions, une super attitude, un imaginaire coll ictif balbutié individuellement, un schéine de pensée, Ia raison d'une théo: ie implicite et lê reflet d'une ideologie. Sans doute n'est pás un concept_x au sens^strict, inai_s une notion heuristique".(6)

(6) - Leyens, Op.Cit.

4_

Não sabemos de igual forma se os estereótipos são um conceito na verdadeira acepção de termo, ou são também eles uma noção heurística.

A noção de estereótipos foi introduzida por Lippman (1922) tentando designar a zona de fronteira entre a realidade e a percepção dos indivíduos (Leyens, 1983) ou, dito de outra forma, esta noção parece referir-se sobretudo à imagem percebida como real por grupos sobre si próprios ou sobre outros grupos qualquer que seja a desfocagem dessa imagem.

Temos pois que esta noção se refere especificamente às relações entre grupos nas zonas eminentemente reguladas por mecanismos sociais que obedecem no entanto a uma elaboração cognitiva (Tajfel, 1973). Parece de resto que Tajfel e a escola de Eristol insistem particularmente na elaboração cognitiva dos estereótipos e na sua regulação social.

Ora já Bruner e Tagiuri (1954) e Bruner (1957) sobre a percepção pessoal, afirmavam esta como um acto de categorização dependente da nossa experiência, participação na cultura e idiosincrasias próprias.

Talvez por isso aquilo que Bruner designa por percepção pessoal seja chamado de percepção social por Sheriff (1936) e de percepção interpessoal por Heider (1958) .

Parece quase absurdamente evidente (7) que nada pode ser percebido apenas por um mecanismo meramente sensorial mas que, a percepção é também um processo cognitivo (Nuttin, 1953)

(7) - Se a percepção fosse apenas um processo sensorial não haveria cegueiras históricas, paralisias históricas, etc.etc.

INSTITUTO DAMIAO DE GÓIS

inevitavelmente ligado aos mecanismos sociais. Donde os trabalhos de Kelley (1952) e de Newcomb (1958) sobre os grupos de referência parecerem obviamente conclusivos da necessidade de existência destes grupos enquanto fontes de informação e de normas para a formação dos estereótipos.

A escola de Bristol concede três funções de carácter iminentemente social aos estereótipos. Estas funções sociais ao mesmo tempo que auxiliam a perceber a dinâmica específica dos estereótipos, explicam implicitamente as razões da dificuldade de os mudar. São elas:

- 1 - uma função de explicação causal dos fenómenos;
- 2 - uma função de justificação causal desses mesmos fenómenos;
- 3 - uma função de diferenciação.(8)

Grã estas três funções sociais parecem-nos efectivamente constituir o cerne da questão, o valor estratégico deste síGte_ ma de categorias sociais que, como Tajfel (1981) anota, "ropré sente une puissante protection pour lê système existant de valeurs et tout "erreur" commise est un erreur dans la mesure ou e! lê ntet lê système en danger".

Daí que ao aceitarmos a definição de Leyens de estereótipos coiuo sendo "dês théories implicites de personnalité que partage 3'ensemble dê membres d'un groupe á propôs de l'ensemble dê roembres d'un autre groupe ou du sien propre", gostássemos de acrescentar que os estereótipos são categorias especiais na medida em que estão ligados a valores (juízos valorativos).

(8) - O estereótipo de que os portugueses têm apenas uma idéia aproximada da pontualidade (citado por Leyens) 1 - explica qualquer atraso dos portugueses, 2 - justifica a ocorrência, sem nenhuma outra justificação complementar, 3 - diferencia os portugueses de todos os outros que costumam respeitar horários.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DAMIAO DE GÓIS

Quando Tajfel (1981) insistia na Importância dos valores que fundam as categorias e que por isso mesmo conduzem a disfuncionamentos privilegiados, pensamos que se referia particularmente aos estereótipos, já que, se é verdade que nem todas as categorias estão ligadas a valores (juízos valorativos) os estereótipos parecem implicá-los sempre.

5. AS TEORIAS IMPLÍCITAS DE PERSONALIDADE

O termo teorias implícitas de personalidade pretende designar o conjunto das teorias baseadas em processos heurísticos de julgamento que os homens utilizam nas suas relações com os outros homens, as quais, conduzem a cadeias de inferências, de ordem **personalística**, a partir de um ou dois traços percebidos e reconhecidos como pertencentes a uma categoria proposicional.

Ou dito de uma outra forma muito clara, as teorias implícitas de personalidade são "lês categories psychologiques que des personnes naives emploient pour se décrire au décrire que]qu'un" (Di Giacomo, 1981) . (9)

Teorias implícitas na medida que estão contidas em todos os indivíduos que precisam de se relacionar com o meio ambiente e com os outros homens de uma forma simples e efectiva e nessa medida buscam reduzir ao essencial o objecto da .: .ia transacção. Gbjeeto/indivíduo que é reduzido por efeito de halo a uma **característica/traço** prepondc ante que nos permite ã partida a sua inserção numa determinada categoria já estabelecida, oferecendo-nos assim uma enorme segurança de actuação.

Teorias implícitas ainda, na medida em que surgem como "óbvias" para os indivíduos aus as utilizam.

Surgirá como absolutamente óbvio que um indivíduo "frio" é também calculista, desagradável, duro e antipático.(10)

(9) - Di Giacomo. "Representations socialès et comportements collectifs", thèse de doctcrat - **université** de Louvain, 1981.

[10] - Por icera curiosidade aproveitei algumas turmas minhas alunas em cursos de formação pata testar a variabilidade associativa ao conceito de "frio" referido como um traço de personalidade. O conceito foi

Assim, a partir de um traço às vezes vago e mal definido podemos inferir com bastante facilidade alguns outros que nos ajudam a fabricar uma imagem de conjunto sobre a personalidade de um certo indivíduo.

São exactamente teorias **implícitas** de personalidade já que visam de facto a avaliação de sujeitos em termos classicamente considerados como personalísticos .

Tous se passe comme si, dans notre tête nous transportions "une m-^trice de correlations de traits cês matrices de correlation ou de co~occurrançe, dês portraits - robots de quel-que sort, constituant un second aspect de cê qu'il faut entendre par théories implicites de personnalité" . (11)

Penso que era a um fenómeno deste gênero, uma espécie de i, atriz de correlações internas que Bruner e Tagiuri (1954) se referiam quando afirmavam que a possibilidade de induzir um traço a partir de outro traço e assim sucessivamente só era possível na medida em que tínhamos ã partida uma teoria implícita de personalidade.

(10) Cont. - apresentado a 3 turmas diferentes. Duas delas nos Hospitais Civis de Lisboa, compostas respectivamente por 27 enfermeiros freqüentando um curso de promoção profissional, e por 25 técnicos de radiologia freqüentando um outro programa de actualização. A terceira turma, da Maternidade Alfredo da Costa era composta por 24 médicos, acEmin-' stradores e pessoal dirigente freqüentando um programa sobre técnicos de comunicação. Em todas as situações a palavra imediatamente associa a "frio" foi "calculista", palavra pouco comum o de uso restrito era por tugues. As outras palavras associadas comuiornente foram: "desagradável" "duro" e "antipático". Sem nenhuma pretensão, apenas como nota curiosa.

(11) - Leyens, Op.Cit.

Mas as teorias implícitas de personalidade parecem ter algumas características que as diferenciam dos outros tipos de categorização. De facto se também elas dependem da experiência individual de cada sujeito, dos seus factores idiossincráticos e das relações e interacções estabelecidas com outros sujeitos, parecem em última análise serem determinadas pelo nosso funcionamento cognitivo (Leyens, 1983).

Favorecendo esta tese, surgem os trabalhos de Rosenberg e Jones (1972) que, a propósito de uma obra literária, tentam mostrar que uma teoria implícita de personalidade pode pertencer a um só indivíduo e Kelley (1972) que sustenta que existem diferenças individuais ao nível das teorias implícitas de personalidade e que são exactamente essas diferenças que se reflectem ao nível das personalidades dos júris.

Mas então se as diferenças das teorias implícitas de personalidade são tão contingentes e tão variáveis como Rosenberg e Kelley sustentam parece claro que os erros que podem induzir são imensos e constantes.

⁶ • 21\$?] ^ÇJ;5?è^l1lI!2:? JLJ5STRATEGIAS DE MANUTENÇÃO DAS
TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE

Aquilo que parece hoje claro (experiências de Lord Ross et Lepper, 1979), é que estamos muito mais disponíveis para aceitar como "verdadeiro", como mais digno de confiança, aquilo que vai ao encontro das nossas pré-concepções de que qualquer outra informação que vá em sentido contrário.

Mas, mais ainda, não só aceitamos **facilmente**, como i_2?ora-mps i n fo rma çõe s eventualmente úteis e correctas que contrai em as nossas teorias implícitas da personalidade (N.isbett et Borgi-de, 1975).

Por outro lado parece que as pessoas passam rmais facilmente do particular ao geral do que fazem a operação inversa. É neste contexto que L; yens afirma que "une **étude** de cas et plus crédible que dix recherches empiriques basées sur de centaines de cas" (12) , na inedida em que uma situação conhecida parece ter um caracter mais concreto, uma explicação mais clara e ser mais fã cilmente memorizada e por isso mesmo se tornar muito mais persua siva que uma informação abstracta baseada obre uma enorme quantidade de números, (Kamill, Wilson et Nisbett; 1980 et Lepper et Ross; 1980).

Estas formas de resistência ã mudança são também elas ingé nuas e implícitas na medida em que o mecanismo de conceder um pé só excessivo a uma informação porque vai no sen-ido da nossa pré_-concepção ou porque é o "tal caso" que nós conhecemos ou é veji culado por alguém que parece mais credível que um monte de núme ros abstractos e longínquos - ainda que eles correspondam ã ex- periência dos outros - é ele próprio não consciente.

(12) Leyens, Op.Cit.

Mas se muitas vezes parecemos desprezar essa tal experiência dos outros algumas outras aproveitamo-las.

Os estudos mais importantes nesta área têm sido realizados por duas correntes psicológicas diferentes: uma que trabalha a problema t i ca da tomada de decisão e do julgamento e outra que es^ tuda **particularmente** a atribuição.

Assim, enquanto para os primeiros o que parece importante de veriricar é:"si, intuitivament, nous sommes capables de apli quer lês principes sta'istiques de l'analyse bayesierme" (13), quer dizer se sornos capazes de captar adequadamente a experiência dos outros - as linhas de base -, para os segundos o importante não é se captamos adequadamente, mas se *captamos*.

Aquilo que as experiências de Kahanejn Janet Tversky (1973) só b^ e a tomada de decisão e do julgamento parecem indicar just^ inen te é que os indivíduos previligiam as informações de caracter personalizado em desfavor das linhas de base que apenas funcionam quando as informações de caracter pessoalizado não são prestadas.

Mas, mesmo quando os sujeitos são confrontados com diferentes linhas de base para além do facto de lhes concederem pouca importância cometem erros, do ponto de vista de Kahaneman e Tversky, porque as suas respostas não concordam com uma norma precisa.

Os teóricos de atribuição (Milles, Gille, Schenker e Radlove, 1974) não preocupados com a existência de normas e ao pretendendo obter resultados comparativos com " i optimum bien précis", limitam-se a "rnontrer la négligence de leurs sujets quant

(13) - Leyens, Op.Cit.

ã certains informations statistiques" (14)

Entretanto um conjunto de trabalhos levado a cabo por Ajesn (1977) e Rodriyues (1983), parecem indicar que o consenso parece surgir quer em relação a traços individuais quer em relação a iAílí:1J^{ls} J^e ^, ^, as^ . <3^{uan}do ele corresponde efecti vamente às teorias implícitas da personalidade do sujeito testado - e quando a informação .lhe parece pertinente - o que evidentemente constitui uma estratégia de resistência ã mudança.

.Mas para lâ destas duas estratégias de resistência ã nvudanca, outras parecem existir.

Wasan et Johnson-Laird (1972) ao longo de um conjunto de investigações concluíram que existe nos indivíduos uma inclinação para a confirmação e uma negligência das situações de informação.

Hipótese que Snyder et Swann (1978) trabalham de forma sãtu j ada para chegar às mesmas conclusões: os indivíduos tendem mais j' acilir.ente para situações em que as suas propostas sejam confirmadas do que o inverso, seja qual for o grau de confiança que tenham na sua hipótese (exacta ou inexacta) e parecendo que a rnoti_ vação de chegar a um julgamento coxrecto (15) não desempenha nenhum papel determinante.

Mas, quando as hipóteses a verificar se referem a nós próprios, como é que as coisas se passam?

(14) - Leyens, Op.Cit.

(15) - Na experiência de Snyder et Swann (1978) retirando o benefício secundário de ganharem 25 dólares no caso de chegarem a um julgamento coriecto.

Snyder et Gangestad (1981) pensam que "des raisons à ce fois informationnelles et motivationnelles militent en faveur d'une recherche de confirmation d'hypothèses lorsque nous sommes personnellement mis en cause", mais Snyder et Skripner (1971) concluíram que em um caso **de necessidade** (procura de emprego) os sujeitos procuram principalmente as próprias características mais ajustáveis ao perfil pretendido, do que as outras que eventualmente também possuem e não se ajustam ao tal perfil, numa evidente estratégia de confirmação.

Assim tendo em qualquer circunstância um indivíduo adota uma estratégia de confirmação da sua própria hipótese o que poderá conduzir em última análise aquilo a que se chama o efeito de Pigmalião. Inúmeras experiências: Snyder et Swann (1978); Darley e Fazio (1980); Word, Zanna e Cooper (1974), parecem apontar no sentido de que ao tentar confirmar a minha hipótese eu induzo através do meu próprio comportamento e atitude os comportamentos e atitudes do outro possíveis de a confirmar, logo induzo o efeito de Pigmalião.

Mas conforme diz Leyens:

"Les attributions dispositionnelles permettent de faire des **prédictions** à long terme, mais elles reposent souvent sur une négligence des facteurs circonstanciels. Les attributions situationnelles sont plus **limitées** dans leurs capacités prédictives parce qu'elles dépendent précisément de circonstances qui peuvent fluctuer".(16)

(16) - Leyens, Op.Cit.

Quer isto dizer que se é verdade que o efeito de Pigmalião pode jogar e joga efectivamente um papel importante, o tipo de conseqüências que ele implica é bastante diferente consoante o t pó da atribuição é d i s p ó s i c i o n a l ou s i t u a c i o n a l.

A importância das atribuições disposicionais e a sua super valorização deve-se ã tendência que cada um de nós tem de previ. ligiar as explicações em termos de personalidade, em detrimento de outras explicações.

Isto porque nós ternos necessidade de viver num ambiente es- tável e os traços de personalidade surgem-nos como mais estáveis que os factores circunstanciais.

Evidentemente que as teorias implícitas de personalidade- co mo as representações sociais e todos os processos de categoriza- ção são actos de simplificação que têm necessariamente conseqüên- cias, e acarretam indiscutivelmente erros.

í-?as querendo-as ou não, aquilo que parece claro é que preci- samos delas para funcionar socialmente.

Assim se é verdade que muitas das nossas teorias .implícitas de personalidade são falsas, preconceituosas e sem nenhuma util_ i dade, algumas outras no entanto, fruto de uma longa experiência serão eventualmente correctas e extremamente úteis.

For outro lado ao tentarmos constantemente confirmar as nos- sas hipóteses acabamos provocando o tal efeito de Pigmalião. Quer dizer, acabámos nós próprios a ter comportamentos que suscitam por sua vez outros comportamentos capazes de confirmarem a nossa hipó- tese, como diz Leyens "une théorie fausse au départ est peut-être exacte ã l'arrivée".

Aquilo que nos surge como uma teoria implícita de personalidade pode ter, e tem muitas vezes, uma função social de relativa importância, que segundo o conselho de Miller et Cantor (1982) "personne ne devrait être encouragé à lês abandoner (lês habitudes de penser) sans lê façon de penser et de se comporter seront sogj alrment adaptes" . (17)

Apesar do discutível que creio ser esta formulação de Miller et Cantor penso, ser i Nativamente pertinente afirmar depois de tudo o que já foi dito sobre o tema, que se um indivíduo tem determinada teoria implícita da personalidade é porque ela preenche alguma função social e ainda que não seja válida numa ciñ **cunstância** pode ser válida noutras. Donde, ser o próprio indivíduo que a utiliza a quem cabe averiguar de sua inutilidade ou utilidade e substituí-la por outra eventualmente mais útil.

Dizemos mais útil e não mais ver "gdeira porque na medida em que é uma teoria implícita da personalidade é também por de finição uma forma simplificada de representar o real, donde,cor responder na melhor das hipóteses a uma parte da realidade. O que vem a dar em qualquer dos casos no ter uma teoria implícita de personalidade maj s verdadeira ou menos verdadeira, e nunca ter uma "**absolutamente** verdadeira".(18)

Finalmente se as conseqüências das falsas teorias implícitas de personalidade podem em alguns casos ser francamente desagradáveis e algo complicadas, são em muitos outros casos estruturas organizadoras e como tal facilitantes das interacções sociais.

(17) - Citados por Leyens, Op.Cit.

(18) - utilizamos aqui "verdadeiro" no sentido de "objectivo".

7. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS E TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE

Qualquer destas 3 noções inscrevem-se num quadro categorial, e parece quase óbvia a afirmação de necessidade de categorizar que os homens possuem. Categorizamos tudo porque só ao categorizar marcamos a relação de pertença, apreendemos as semelhanças e as diferenças dos fenómenos dos objectos dos grupos e dos indivíduos.

Provavelmente todos os fenómenos importantes da nossa época (e de todas as épocas) são mediatizados e transacionados por representações sociais (da psicanálise, da agressividade, da guerra, da saúde e da doença, da justiça, etc.), por estereótipos (do nosso grupo, da nossa família, do nosso país, dos outros países dos outros grupos sócio-profissionais, políticos, dos **músicos** de rock ou de ópera), por ideias implícitas (os comportamentos dos outros e eles próprios como introvertidos, extrovertidos, agressivos, frios, simpáticos, etc.) .

Aquilo que todos estes conceitos parecem ter em comum é um fundo "naif" na medida em que todos aqueles que os utilizam não estão necessariamente conscientes deles nem são sempre capazes de exprimi-los de uma maneira formal.

Chamou-se de epistemologia **ingênu**a (Kruglanski, 1980) ao modo como o homem se apropria do conhecimento do seu dia-a-dia. Nesta **epistemologia** ingênu a os níveis tópicos, metodológicos e investigacionais parecem ser substituídos pelas crenças dos indivíduos "pela percepção da consistência lógica entre essas crenças e pelos comportamentos tendentes à unificação dessa **consistência**" (13) e nessa medida aquilo que se pro-

(19) - J.Marques, E.Sousa (1982) - "Teoria da Atribuição para uma Análise do Senso Comum", Rev.Psicologia, 1982.

INSTITUTO DAMIAO DE GÓIS

características invariantes do indivíduo, do grupo da teoria do fenômeno ou da situação.

Evidentemente que este processo tem um valor econômico, estratégico mesmo ao nível do processo perceptivo, já que o sujeito utiliza uma estrutura de conhecimentos apriorística e nessa medida as suas interferências aparecem como dados objectivos da realidade em vez das interpretações pessoais ou grupais que efectivamente são.

Dizíamos na introdução deste trabalho que Asch ao colocar a tónica nos conceitos de representação global e inferência se colocava como preconizador das teorias implícitas da personalidade. Isto, porque o processo inferencial implica **necessariamente** a atribuição de um conceito ou de uma categoria cognitiva a um objecto (Heider, 1958). Este processo de atribuição o qual a que, por um lado seja possível identificar uma categoria como pertinente para inclusão do objecto e por outro lado que o objecto possa ser identificado em termos suficientemente claros para pertencer a essa categoria.

Implica, assim, a possibilidade dos sujeitos perceberem os objectos e as categorias disponíveis como representativos da sua classe e uns dos outros, o que, implica que os sujeitos sejam capazes de terem uma representação global do objecto (qualquer que ele seja) em si próprio, nas suas conotações e denotações e em relação a uma realidade na qual pode ser significativo.

Deste modo acabamos de pensar que as nossas três noções: representação social, estereótipos e teorias implícitas da personalidade têm muito em comum.

Em primeiro lugar baseiam-se todas em processos heurísticos de julgamento e em estruturas de conhecimento (20) que fazem sempre apelo a representações globais e a inferências e sempre por apoio das estruturas cognitivas dos sujeitos.

Em segundo lugar pensamos que nenhuma delas é propriamente um conceito no sentido restrito do termo, mas antes noções heurísticas que, os ajudam em contacto com a própria organização do pensamento e que, no entanto, nos ajudam na justificação desse tipo particular de pensamento.

Em terceiro lugar parece-nos que usamos as três noções para falar do mesmo fenómeno a três níveis diferentes. Falamos de representação social quando o nosso objecto é sobretudo conceptual (por mais real que sejam as suas consequências como é por exemplo o caso da guerra). Falamos de representação pessoal quando o nosso objecto é um tipo de teorias implícitas de personalidade quando o nosso objecto é o indivíduo.

Mas depois como seria inevitável estas noções entrecruzam-se.

(20) - Processo heurísticos de julgamento que por sua vez se baseiam na disponibilidade e representatividade da informação a categorizar. (Nisbett e Soss, 1980).

Estruturas de conhecimento que podem ser proposicionais (já adquiridas) ou esquemáticas (em aquisição). Estas estruturas esquemáticas podem por sua vez corresponder a: (1) estruturas mentais dinâmicas ou relacionais sobre os «atributos relativos ao objecto - Ruchensas propriamente dito; (2) representações cognitivas de sequência coerentes de acontecimentos com uma componente descritiva e outra de causalidade (Allison, 1976) - os scripts; (3) estruturas cognitivas representando características pessoais gerais - os esquemas pessoais ou pessoais.

Walton, afirmava sem medo, que o homem é um animal social. Até prova em contrário é essa a única situação em que o homem é conhecido. Nessa medida, todas as transacções possíveis entre homens são eminentemente sociais e não é credível que os objectos, quaisquer que sejam existam socialmente por si.

Existem apenas enquanto significantes na matriz de correlação que a interacção social foi capaz de fabricar. Isto para dizer que tudo o que se transacciona entre homens tem evidentemente uma representação social, ou seja está tecida numa teia que a realidade, o simbólico e o imaginário se imbricam e, discutem entre si o papel a representar. Por outras palavras quando averiguamos qualquer **fenómeno**: o dinheiro por exemplo, aperceberão-nos imediatamente da sua função de realidade. E o que é o dinheiro na realidade? Papel pintado. Mas papel pintado que simboliza curso de lei. Ouro de lei que pela raridade e qualidade surge no imaginário de todos como algo difícil de conseguir.

Assim **poderíamos** saturar os estudos sobre as representações sociais. Mas por extensão ao conceito poderíamos passar do âmbito meramente conceptual para o âmbito grupal (aquele que é domínio dos estereótipos) e passar a averiguar por exemplo a **representação** social dos porto-riquenhos nos E.U.A. ou dos portugueses em Fiança e poderíamos ainda ir mais longe e passar para o domínio das teorias implícitas da personalidade e tentar saber a representação social das tímidas ou dos galãs. Com isto, esvaziamos o conceito de representação social, já que tudo o que existe no corpo social existe não só por si mas sobretudo enquanto representação socialmente significativa.

Por outro lado todas as representações sociais passam sobre estereótipos que conforme Tajfel insiste assentam em juízos valorativos, já que estes são desde sempre pertença dos homens enquanto seres sociais e por isso com uma história pessoal própria em todos os casos.

Finalmente, a noção de teorias irr-lícitas de personalidade surge-nos como uma noção que aborda os estereótipos contidos em todos nós mas focalizando sobretudo as características Individuais.

Daí que não nos parece estranha a afirmação de Leyens sobre os estereótipos como "dês theories implicites de la personnalite que caractérisent l'ensemble dês membres d'un groupe à propôs de l'ensemble dês membres d'un autre groupe ou du sien propre", ou quando diz a propósito das representações sociais que são "... la révision d'une théorie implicite . . . " (21)

De facto , torna se difícil ir mais longe na destrinça destas coisas já que se sobrepõem em muito, ou seja designam o mesmo fenómeno atribucionais considerado apenas a níveis diferentes .

(21)- Leyens, Op.Cit.

8. CONCLUSÕES

De tudo o que ficou dito surge-nos como fundamental a existência de teorias implícitas da personalidade, quero dizer de teorias ingênuas que se baseiam em processos heurísticos de julgamento, processos que assentam sobretudo na **disponibilidade** e representatividade da informação e em estruturas de conhecimento que implicam a existência de informação já "tratada" e memorizada.

Estas teorias, implicam estratégias informais-intuitivas da apreensão do conhecimento e são por isso mesmo diferentes daquelas outras que implicam estratégias formais-normativas e que em princípio correspondem ao conhecimento científico.

Assim as teorias implícitas da personalidade são as teorias que o homem comum tem de si próprio e dos outros e que utiliza quotidianamente para com o menor esforço possível obter a máxima informação possível. Informação que nem sempre é correcta já que as mais das vezes não corresponde à realidade, mas antes corresponde à forma como o indivíduo integra numa categoria proposicional os dados que captou dessa realidade e que são dependentes evidentemente dos seus próprios processos heurísticos de julgamento e das suas estruturas de conhecimento.

A dinâmica desse processo insere-se na dimensão mais vasta que corresponde à necessidade de encontrar categorias que agrupem de forma relativamente estável conjuntos de informações semelhantes, e que por isso mesmo possibilitam ao indivíduo uma maior facilidade nas suas transacções com os outros indivíduos e com o meio.

INSTITUTO DAMIAO DE GÓIS

Nessa medida, o valor estratégico das teorias implícitas da personalidade surge como inegável. Inegável é também o erro fundamental em que algumas delas assentam do mesmo modo que qualquer outro processo de categorização.

Como tudo o que *Íl* do domínio do adquirido e do pré-existente as teorias implícitas de **personalidade** rodeiam-se de estratégias de manutenção que de certo modo perpetuam a sua existência e coartam qualquer alternativa de mudança.

É nesse contexto que falamos de tendência para a confirmação das hipóteses, do valor privilegiado do estudo do caso, da acentuada preferência por parte dos indivíduos de aceitarem preferencialmente a informação que reforça essas mesmas teorias implícitas.

Das muitas conseqüências possíveis resultantes da utilização destas teorias **implícitas** da personalidade verdadeiras ou falsas a grande maioria não surgem como efectivamente dramáticas utilizadas pelo homem comum em relação a situações quotidianas.

No entanto e essa parece-me ser a preocupação de fundo de Leyens, quando diz que: "Lês théories & Cientifiques de Ia per550 nalité **laborieusement élaborées** par lês psychologues ressemblent à s'y méprendre aux théories implicites que partage lê commun dès morte's de notre culture" (32) o valor científico dos nossos aparelhos conceptuais deve ser revisto.

O conhecimento desta situação de onipotência das teorias implícitas de personalidade, de supremacia do conheci vr.en ;.,o do tipo intuitivo sobre qualquer outro por mais objectivo que seja e que surge t,- ibcm, evidentemente na prática dos cientistas, t<2 rá necessariamente de ser tomado em consideração e devidamente

(32) - Leyens, Op.Cit.

acautelado especialmente por aqueles que tal como os psicólogos ou os juizes (e também os júris) propagam e difundem teorias **implícitas** de personalidade como se de verdades científicas se tratassem.

INSTITUTO DAMIAO DE GÓIS

R E S U M O

O conceito de teorias implícitas de personalidade (T.I.P.) é um conceito recente na psicologia socj ai que ao mesmo terapo que *faz correr muita tinta* e é tema de fundo de dezenas de trabalhos nesta área, vem recolocar o problema da validade e científica cidade das novas categorias e processos de atribuição.

Pretendemos ne>te trabalho, explicar o que são as teorias **implícitas** de personalidade e mostrar os seus disfuncionainentos e as suas estratégias de manutenção.

Pretendemos demonstrar que as T.I.P. se inscrevem num quadro categorial, nurna taxionomia funcional querida e essencial aos homens e que nessa medida é uma "irmã mais nova" de outras categorias satu•• odamente estudadas: as representações sociais e os estereotipes.

Pretendemos finalmente demonstrar que as teorias implícitas de personalidade têm em comum com os outros processos categoriais um fundo "naif", quer dizer tipos de estratégias informais o. intuitivos da apreensão e tratamento do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

- ABELSON, R.P. - Script processing in attitude formation and decision making. In J. S. Carroll et J.W. Payne (Eds) . Cognition and Social Behavior, Hillsdale, N. J, Erlbaum, 1976.
- ASCH, S.E. & TAGIURI, R. - The perception of people. In G. Lindzey (Ed) Handbook of Social Psychology (Vol.2) Cambridge, Mass. Addison-Wesley, 1954.
- ASCH, S.E. - Psychiatric diagnosis as prototypal categorization, Journal of Abnormal Psychology, 1980.
- ASCH, S.E. - Intergroup alliances and rejections within a protest movement (Analysis of the Social Representations) European Journal of Social Psychology, 1980.
- ASCH, S.E. - Représentations Individuelles et Représentations Collectives. Thèse de Doctorat. Université de Louvain, 1981.
- ASCH, S.E. - Représentations Individuelles et Représentations Collectives. Revue de Métaphysique et de Morale, 1898.
- ASCH, S.E. - Personality. New York, McGraw-Hill, 1959.
- HERLICH, C. - Les Représentations Sociales, Mouton, Paris.
- LEVINE, J.P. - Sont-ils Tous des Psychologues? Approche psychosociale des Théories Interrelées de la personnalité. Pierre Mardaga. Bruxelles, - Col. Psychologie et Sciences Humaines, 1984.
- LEVINE, J.P. - Teoria da Attribuição; a pergunta "Anal? "e do Senso Revista de Psicologia. Lisboa, 1982.

I, S. - La Psychanalyse, Son Irrage, San. PublJc. Paris, Puf , 1961.

msCWlCI,S. - lhe Coming era of Representa t ions , In J, P. Godói e J.Ph.Leyens
(Ed) . Cognitive Analyses of Social Behavior. The Hague. Mar-
tinus Nijhoff , 1982.

MISBETT,P.E«_s_iROSS_i_L,._ - Hurran Inference: Strategies and Shortccrnj ngs of So-
cjal Judgment. Englewood Cliffs.N.J. , Prantice-Hall, 1980.

RpSCH,E._ - líí .-ian Categoriza tion. In N.Warren (Ed.Mvarices Tncross - Cultural
Psychology (Vol.I) New York: Academie Press, 1977.

rÇ^- - Attitude Attribution When &?^v-wiour is Constrained.
Journal of Experifriental Social Psycholossy,1974.

Ta Ca tegorisa.it j on Soei ale. In S.^soovici (Ed) . Iritroduction ã Ia
Psychologie Soe j ale. Larousse, 1972.

f-' " Cognitive T!hébrics in Social Psychology in Lindzey G,Aronson,E.
('r' •'•.) fla:odbook of Social Psychology. Vol.I, AddJson W sley.New
York, . 1368.